



REUNIÃO DA CÂMARA

ORD.

EXT. X

N.º 27

30-10-2018

ORDEM DO DIA:

I

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019.

1.2 - Mapa de Pessoal para 2019 (art. 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho).

Sobral de Monte Agraço, 25 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º

14

Ata n.º 27

Ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 30 de outubro de 2018

Aos 30 dias do mês de outubro de 2018, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Luís Miguel Henriques Soares, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Carla Maria Machado Alves. Também esteve presente Maria Manuela Paula de Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____
Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas e 30 minutos. _____

I

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

1.1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 _____

Considerando que: _____

- a) Nos termos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2012, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as grandes opções do plano e a proposta de orçamento; _____
- b) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, nos termos do disposto na alínea a), do número 1, do artigo 25.º do diploma supra referido; _____
- c) Foram elaborados os documentos referentes às Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2019, conforme documentos anexos à presente proposta, da qual fazem parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

Propõe-se que: _____

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove as Grandes Opções do Plano, para o ano de 2019, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

2 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove o Orçamento, para o ano de 2019, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

3 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 33.º e alínea a), do número 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2019, do Município de Sobral de Monte Agraço.

Sobral de Monte Agraço, 25 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º

O Sr. Presidente começou a sua intervenção por referir que tinha sido oportuno reunir com todas as forças políticas previamente à apresentação dos documentos. Acrescentou que os documentos apresentados eram os possíveis, tendo os mesmo sido elaborados de acordo com as intenções do programa eleitoral do executivo em maioria. Disse que, naturalmente, gostaria de apresentar um orçamento com “números” mais expressivos, no entanto, os documentos distribuídos refletiam, com rigor, a realidade do Município e o trabalho que se pretendia realizar com o montante de receita previsível de €10 milhões de euros. Seguidamente destacou algumas áreas e projetos a desenvolver: assim, começou por referir que na área da Educação, para além dos habituais apoios ao nível da ação social escolar, do apoio às famílias, do incremento das atividades extra curriculares, dos transportes escolares, das refeições escolares, se expectava efetuar um investimento significativo – cerca de 1,5 milhões de euros - em obras de requalificação na Escola Básica de Sobral e Santo Quintino, na Escola Básica de Pero Negro e na Escola Secundária. Referiu que se continuaria a investir nas atividades promotoras de estilos de vida saudável e a apoiar o Clube Sobral Sénior Ativo; também o Cartão Farmácia iria ser implementado no ano de 2019; Prosseguiu dizendo que se continuaria a apoiar a atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, bem como, se promoveria o apoio às Freguesias e ao tecido empresarial local.

Disse que haverá uma forte aposta nas “Comemorações dos 500 anos do Foral”, com iniciativas e atividades variadas ao longo do ano; a revisão do PDM também se perspetiva como uma aposta de continuidade, uma vez que os trabalhos se encontram em curso e este documento se assume como um documento estratégico para o Concelho; a continuação de vários trabalhos de intervenção e beneficiação das vias municipais e a continuidade do apoio prestado aos Bombeiros Voluntários e às Associações do Concelho, bem como, as parcerias e delegação de competências nas Juntas de Freguesia.

Continuou a sua intervenção referindo que algumas obras iniciadas no corrente ano terão uma expressão significativa em 2019, designadamente a empreitada de Beneficiação da Igreja de S. Quintino e a conclusão das obras do pavilhão multisserviços. Destacou a obra inserida no PARU - Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Envolvente aos Pavilhões, bem como, as obras previstas e financiadas pelo PACTO: Beneficiação da Igreja de Santo Quintino, como já referido e a Requalificação dos vários espaços escolares (Escola Básica de Pero Negro,

Escola Básica e Secundária e Escola Básica de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino). A acrescentar a estas obras, disse que terão ainda lugar algumas obras de menor dimensão, como por exemplo, a construção do Campo Escutista. Por fim, e voltando à primeira referência que efetuou aquando do início da sua intervenção, disse que foram ouvidas todas as forças políticas, sendo que, de um modo geral, as ideias defendidas não andavam muito dispersas umas das outras, tendo sido possível equacionar a inclusão de algumas das situações propostas.

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Em primeiro lugar dirigiu as suas palavras aos trabalhadores que elaboraram os documentos em análise os quais se revestem de complexidade técnica. Quanto às reuniões com os partidos que, na sua opinião, não foram mais do que "reuniõezinhas", disse que estas apenas tiveram lugar para cumprir calendário e na sequência de um pedido apresentado pelo PS. Neste sentido, disse que a reunião havida com o PS tinha sido realizada na passada quinta-feira, a poucas horas do fecho dos documentos, o que traduzia muito pouco interesse do executivo em maioria em aceitar propostas da Oposição, porém, não podia deixar de assinalar de forma positiva a sua realização. Disse que são documentos com demasiada complexidade técnica para serem distribuídos com tão pouca antecedência face à sua discussão, pelo que em breve iria apresentar uma proposta de alteração ao Regimento da Câmara Municipal no que diz respeito a esta matéria e, ainda, à questão relacionada com as reuniões extraordinárias que no seu entender devem ser públicas, tal como as ordinárias. Quanto aos documentos propriamente ditos, disse que estes traduziam uma clara política de continuidade e que o executivo em maioria não tinha capacidade para fazer mais do que aquilo que tem feito, apesar do Sr. Presidente falar em grandes apostas em algumas áreas. Disse que na exposição que efetuou, o Sr. Presidente referiu-se a um apoio empresarial e à criação de espaços de "coworking", contudo, gostaria de deixar registado que não entende o alcance do termo, pois o "coworking" destina-se a profissionais liberais, pelo que, na sua opinião, não lhe parecia adequado o seu enquadramento como apoio ao tecido empresarial local. Em termos de Educação/Cultura, disse que o Sr. Presidente salientou uma grande aposta nestas duas áreas, porém, o que lhe era possível constatar era que, em concreto, a situação não se refletia nos documentos apresentados, nomeadamente, em termos de GOP's, pois os valores registados, comparativamente ao ano anterior, eram bastante inferiores. Disse, no entanto, ter consciência de que a Autarquia presta mais apoio em termos de Educação do que aqueles que vêm expressos nos documentos, por exemplo através do esforço efetuado a nível da Ação Social Escolar. Referiu que esta redução identificada em termos de Educação, também se verificava noutras áreas, tais como, na Saúde, na Proteção Civil, nas Juntas de Freguesias, no Desenvolvimento Territorial, entre outros. Assim, disse que são referidas grandes apostas em diversas áreas, todavia, os valores refletidos nos documentos não traduziam tal aposta, pelo

que se estava perante documentos errados, ou então o que o Sr. Presidente dizia não correspondia à verdade. A propósito do preâmbulo e à referência feita sobre a defesa dos trabalhadores, disse que este facto se devia a um esforço contemplado no Orçamento de Estado para 2019, o qual também vinha reforçar a autonomia do Poder Local, pelo que entendia esta situação como um elogio à Governação do PS. Acrescentou que apesar da proposta defender os trabalhadores e a autonomia do Poder Local, lamentavelmente não defendia o que PS Nacional como os restantes partidos que apoiam o Governo têm preconizado, ou seja, que não sejam dados sinais com vista ao desagravamento da carga fiscal junto das famílias. Neste sentido e, tendo em conta que o PCP é um dos partidos que na Assembleia da República defende estas medidas, estranha-se ao mesmo tempo que se lamenta que não tenham sido adotadas medidas que visem a redução dos impostos locais, nomeadamente, no que diz respeito ao IMI. Continuando a sua intervenção, solicitou esclarecimentos quanto a alguns valores inscritos no PPI - Plano Plurianual de Investimentos: €25.000,00 - Infraestruturas do Loteamento das Bendorreiras; €9.450,00 - Casa Mortuária e €12.781,00 - Obra de Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Pero Negro. Ainda a propósito do preâmbulo e da referência feita às "Comemorações dos 500 anos do Foral", perguntou em que se traduziam os €5.000,00 afetos a esta iniciativa. No que diz respeito ao investimento na repavimentação das vias, perguntou quais são as prioridades. Por fim, referiu-se à questão dos impostos indiretos e uma vez que continuava previsto a arrecadação de valores provenientes de energia eólica, disse que, em sua opinião e de acordo com o disposto no artigo 27.º, do Decreto-lei 225/2007, esta matéria não deveria ser inscrita como se dum imposto se tratasse e antes como uma renda. Disse que possivelmente se tratava de uma questão de pormenor, no entanto, julgava que esta seria a melhor forma de traduzir o espírito da Lei.

O Sr. Presidente disse que tinha apresentado os documentos segundo o entendimento que tinha dos mesmos, no entanto, os membros do Executivo, iluminados pelos seus ideais políticos, tinham, certamente, leituras diferentes, apontando, por isso mesmo, pontos divergentes entre as opções escolhidas. Prosseguiu dizendo que a leitura dos documentos previsionais tem que ser efetuada de formal global, ou seja, não se podia olhar só para o Orçamento ou só para as GOP's, a análise tinha que ser conjunta. Por exemplo, se forem tidas em atenção as questões relacionadas com a Educação, não podemos aceitar como verdadeira a afirmação do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, quando referiu que havia uma diminuição de investimento nesta área. Para se perceber a dimensão financeira da área de intervenção da educação, será necessário somar os valores das várias rubricas afetas a esta área, quer no que se refere às despesas correntes, quer às de capital.

Relativamente às Juntas de Freguesia, disse que o valor era igual ao que já vinha sendo estipulado, porém, não podia ser comparado ao ano imediatamente após as eleições em que

são equacionados 14 meses para que as Freguesias possam dar continuidade aos compromissos anteriormente assumidos. No que concerne aos impostos municipais, disse que o executivo em maioria é que tinha noção se havia, ou não, margem para diminuir a taxa do IMI e que se fosse Oposição até propunha que se pudesse isentar na íntegra. Porém, é através destas receitas que se consegue fazer face a determinadas despesas e se conseguem assegurar muitos dos serviços prestados. Continuou a sua intervenção respondendo às questões colocadas pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos. Assim e relativamente aos €25.000,00 - Infraestruturas do Loteamento das Bendorreiras, informou que este valor diz respeito ao lote que ainda estava na posse da Autarquia como garantia; €9.450,00 - Casa Mortuária, disse que a empresa responsável pela empreitada se encontrava em Processo Especial de Revitalização (PER), sendo que a Autarquia continuava a aguardar indicação de como efetuar o pagamento e a que entidade deve o mesmo ser efetuado; €127.814,00 - Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Pero Negro, obra equacionada no PACTO, referiu que este valor está relacionado com uma empreitada que será efetuada em duas fases, sendo que a 2.ª fase, certamente, terá uma expressão financeira a considerar em 2020. A propósito das "Comemorações dos 500 anos do Foral", referiu que serão realizadas várias iniciativas ao longo do ano, perspetivando-se a realização de, pelo menos, uma atividade por mês subordinada a este tema, todavia, o programa ainda não estava concluído, sendo que o valor estipulado correspondia ao que tinha sido possível equacionar até ao momento. Relativamente à chamada de atenção quanto aos impostos indiretos, designadamente no que diz respeito aos valores inscritos relativamente à energia eólica, disse que, de acordo com o parecer do Revisor Oficial da Autarquia, iriam continuar a ser inscritos conforme se apresentavam nos documentos, pois este era o nosso entendimento. Por fim e no que diz respeito ao alcatroamento das vias, informou que alguns trabalhos já tinham sido realizados – em Casais S. Quintino e na Av. Marquês de Pombal (Vila) –, seguindo-se a localidade de Casais S. Martinho e depois a localidade de Via Galega. Ainda sobre esta temática disse que a grande prioridade para o próximo ano seria a via junto ao Penedo Gordo, devendo, para o efeito, proceder-se à realização de uma empreitada de valor significativo.

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz começou a sua intervenção por dirigir uma palavra aos técnicos da Autarquia que elaboraram os documentos em apreciação, documentos que, como se sabe, são bastante complexos em termos técnicos. Referindo-se ao texto introdutório do Sr. Presidente, disse que, na sua opinião, desde 2013 e até esta data, o texto deste ano parecia ser o melhor e o mais cuidado em termos políticos, embora continuasse a parecer escrito por um velho, estilo, aliás, muito diferente do seu. Referiu que embora o documento tivesse espelhado uma política de continuidade, destacou com agrado o grande investimento na área de Educação, com a requalificação das escolas de Pêro Negro e do Sobral, bem como, as "Comemorações dos 500 anos do Foral". Relativamente às reuniões havidas com as forças

políticas a propósito da preparação para a elaboração destes documentos, disse que se tratava de cumprir uma formalidade prevista na lei em vigor, que fazia parte da boa convivência democrática e que finalmente a CDU tinha ouvido os outros partidos. Disse que independentemente da altura em que decorreram, o facto de terem sido próximas ou não do fecho dos documentos e de serem ou não “reuniãozinhas”, certo é que gostaria de destacar a maturidade política conseguida. Referiu que pelo partido político que representa foram levantadas três questões muito concretas, nomeadamente, um maior investimento na área social – idosos; melhorias rodoviárias e captação de investimento para um novo parque industrial junto da A8. Demonstrou também a sua satisfação relativamente à implementação do Cartão Farmácia, uma proposta já apresentada pelo seu partido há cerca de 4 anos, à semelhança, aliás, da implementação da fatura eletrónica. Referiu que, no seu entender, o que era importante é que fossem criadas e incrementadas medidas que permitissem que o concelho e as suas gentes ficassem a ganhar. Relativamente ao Pavilhão Multisserviços, perguntou, mais uma vez, qual será o custo total da obra, tendo solicitado, de novo, informação sobre os custos do parecer jurídico emitido pelo escritório de advogados que está a apoiar a Autarquia em termos processuais. Lembrou as palavras do Sr. Presidente relativamente ao projeto de requalificação do edifício de Serviços Municipais Diversos, quando se referiu à infraestrutura dizendo que a mesma será uma alavanca da economia local e acrescentando que disponibiliza vários espaços que poderão ser utilizados para o efeito. A este propósito perguntou como seria organizado o espaço naquele edifício. Referiu que o preâmbulo também faz menção a um projetor do Cineteatro, todavia, salientou que o equipamento já tinha sido adquirido no presente ano. Relativamente à empreitada de requalificação da Igreja de Santo Quintino, disse que gostaria de perceber melhor quais os custos da mesma para a Autarquia, pois a intervenção do Sr. Presidente, parecia fazer crer que todos os custos ficariam a cargo do Município, contudo, tinha ideia de que existia um financiamento para o efeito. A propósito do PDM, questionou se iria ter avanços significativos em 2019, ou se ainda estava numa fase embrionária. Relativamente à repavimentação das vias municipais, constatou a urgência da realização de alguns trabalhos ainda em falta. Disse que se continuam a verificar situações por resolver e identificadas pelo partido político que representa, dando como exemplo, os arranjos necessários a efetuar na rotunda da Sapataria. Por fim, referiu que, apesar de ter ficado mais agradado com as soluções previstas para as áreas da Cultura e Educação, iria votar contra a proposta apresentada, tendo em conta que de uma forma global, os documentos refletiam uma política de continuidade, tendo apresentado a declaração de voto que a seguir se transcreve: _

“ASSUNTO DA ORDEM DO DIA A QUE SE REFERE A DECLARAÇÃO DE VOTO: _____
GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 _____

DECLARAÇÃO DE VOTO _____

O vereador da Coligação "Juntos Pela Nossa Terra" baseia o seu sentido de voto sobre Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 da seguinte forma: _____

Constatações/Perguntas? _____

1. Em primeiro lugar a nossa consideração e manifesto apreço por todos os técnicos da câmara municipal, envolvidos na elaboração destes documentos, que apresentam complexidade técnica e burocrática. _____
2. Mais uma vez o texto introdutório do Sr. Presidente, é muito pobre, mostrando um completo acomodar com a actual situação do concelho de Sobral de Monte Agraço, com a ausência profunda de uma visão estratégica de desenvolvimento sustentável para o nosso concelho. Mais uma vez vale a pena questionar o que tem sido feito pelo município para a captação de investimento e criação de emprego? Ou que tem sido feito no concelho como alternativa diferenciadora e positiva relativamente aos concelhos vizinhos, nomeadamente no âmbito da Grande Região de Lisboa? Aliás o Sr. Presidente refere no texto de apresentação "traduzem uma clara política de continuidade..." Exceção feita ao investimento na Educação que verificamos um maior investimento sobretudo a nível de infraestruturas. _____
3. O Sr. Presidente faz declarações de vitimização em vez de optar por uma narrativa de esperança, impulsionadora de desenvolvimento e criação de mais oportunidades para todos os sobralenses. Vitimiza-se de políticas do governo atual sustentado e avalizado pela CDU - Coligação Democrática Unitária. _____
4. Congratulamo-nos que pela primeira vez e depois de muita insistência a CDU Sobral tenha ouvido as forças políticas eleitas democraticamente e também mandatadas por mais de 40% dos sobralenses. Sendo que no nosso caso pedimos 3 prioridades a acrescentar a ações a desenvolver em 2019: 1. Maior investimento na área social, para com idosos e desfavorecidos em concertação com os parceiros locais; 2. Melhoria urgentes na rede viária Municipal; 3. Captação de investimento com novo parque industrial junto à A8, entre outras; _____
5. O Sr. Presidente está satisfeito com uma política social que subsidiou em pouco mais de 4 mil euros, as principais IPSS e Associações de Solidariedade Social do Concelho, por ano? _____
6. Sr. Presidente considera neste documento que "a obra de requalificação do edifício de Serviços Municipais Diversos (antigo posto da GNR) que além de concluir um ciclo de requalificação de uma zona histórica da vila, alavancará a economia local e o tecido empresarial com os espaços de coworking criados". Mas na reunião de câmara municipal, de 30-10-2018, não soube responder quantos espaços de coworking seriam criados, nem uma ideia aproximada, em que condições estariam disponíveis? Será que estamos mesmo com vontade de ajudar o empreendedorismo no Sobral, ou será algo para "inglês ver"? E um novo parque industrial? Continua a ignorar a excelente localização junto à A8 para edificação de um novo parque industrial? E os impostos continuam mais altos que no vizinho concelho de Arruda dos Vinhos? Mas que capacidade de captação real de investimento tem a CDU do Sobral de

Monte Agraço desenvolvido de forma direta nos últimos anos? Que política estratégica tem para captação de investimento e mais oportunidades de emprego? _____

7. Sr. Presidente no seu texto de apresentação política ao Orçamento refere "salientando-se o incremento na programação do cineteatro, impulsionado pela aquisição do novo projector digital". Porém este equipamento já foi adquirido, não será adquirido em 2019. _____

8. Para a Saúde e Ação Social vemos agora uma realidade que sempre defendemos - Cheque Farmácia. Apresentada pela nossa coligação, a 09-04-2015, que só foi votada duas reuniões de câmara depois, porque as propostas tinham os logotipos dos partidos que a emanam. Vemos agora contemplada proposta com o mesmo sentido ou objectivo para o próximo ano. Passados 4 anos muito se perdeu. Não deixa de ser pertinente relembrar o que foi dito pelo Sr. Presidente em 2015, sobre a nossa proposta, colocando-se assim o respetivo excerto da Acta da reunião de câmara de 04-05-2015: _____

"O Sr. Presidente disse que a proposta apresentada, vinda desta força política e tendo em conta as opções do Governo nos últimos 4 anos, era indecente. Disse que, esta é uma área onde o apoio da Autarquia muito se tem feito sentir, mesmo nas áreas que são da competência da Administração Central. Exemplo do referido, a aquisição de um veículo para o serviço de cuidados continuados de saúde, relativamente ao qual também asseguramos o pagamento das inspeções e do seguro; a cedência gratuita do terreno para construção do Centro de Saúde, assim como os custos das infraestruturas envolventes aquando da construção do novo edifício; o investimento no espaço do Centro de Saúde da Sapataria. Ainda em termos de saúde, salientou que a Autarquia, em parceria com outras entidades, assegura o transporte para o Hospital Beatriz Ângelo e, tendo em conta o incidente que ocorreu na extensão do Centro de Saúde de Sapataria (incêndio), continua a assegurar o transporte dos utentes até ao Centro de Saúde do Sobral. _____

Continuando a sua intervenção, disse que há cerca de 15 dias, questionou o serviço de saúde sobre a razão pela qual as crianças do Concelho se deslocam ao Centro de Saúde do Cadaval para consulta de higiene oral, quando no Sobral existe um novo Centro de Saúde. A propósito, foi informado que o Centro de Saúde de Sobral tem todo o equipamento, à exceção da cadeira, pelo que foi lançado o desafio à Autarquia para que comparticipasse a aquisição deste equipamento. Disse que o Município faz tudo o que está ao seu alcance em prol da população, mas que existem limites, não podendo a Autarquia substituir-se à Administração Central. Referiu que foi este Governo que colocou o País nesta situação, com um conjunto de políticas que, cada vez mais, faz cortes no serviço nacional de saúde, pelo que acha absolutamente desajustado que alguém da força política do Governo apresente este tipo de proposta, acrescentando que esta área não é da competência da Autarquia. Por fim, perguntou ao Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz qual seria o custo anual estimado para o Município na

eventualidade desta comparticipação ser aprovada." _____

Conclusão "vale a pena lutar em Democracia"! Os trabalhos desenvolvidos pelas oposições são muito importantes para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. _____

9. Relativamente à aquisição de uma cadeira, no centro de saúde, para a prática de higiene oral, sobretudo aos mais jovens, já defendemos há muito a intervenção da autarquia, em substituição do governo central. _____

10. Relativamente à atribuição de apoios financeiros e logísticos, aos clubes, associações e coletividades, esperamos que os apoios sejam sempre de forma clara, equilibrada e proporcionalmente igualitária sempre que possível, evitando qualquer discriminação do foro cultural ou político. _____

11. Mais uma vez salientamos que o anterior governo (PPD/PSD e CDS/PP) através do PAEL em muito ajudou a situação difícil em que se encontrava o município de Sobral de Monte Agraço no pagamento a fornecedores dentro e fora do Concelho. Mas o que ajuda ou ajudou este Governo que a CDU apoia desde 2015? O que tem feito pelo nosso Concelho? _____

12. Será que a revisão efetiva do PDM vai ser efectiva ou "ficção"? Há quantos anos vemos este compromisso? Processo essencial para um desenvolvimento de Sobral moderno e de futuro. _____

13. A repavimentação das vias municipais é urgente, e os planos não asseguram as necessidades presentes. _____

• **Propostas** _____

- Relembramos a falta de políticas para o empreendedorismo e captação de investimento efetivo; _____
- Falta de uma política focalizada para captação do investimento no concelho e criação de mão-de-obra. Propõe-se o estudo de um parque industrial na zona entre Pero Negro e Sapataria devido a acessibilidade única que aquela região apresenta por força do acesso A8. Para este tipo de projecto o Executivo deverá encontrar parceiros no mercado e abrir o projecto à opinião pública concelhia; _____
- A rotunda do Casal Cochim deverá ser motivo de uma requalificação adaptada ao tema das linhas de torres vedras, e devemos criar todos os esforços para isso, independentemente da responsabilidade directa do executivo; _____
- Criar uma rubrica afecta a orçamento participativo para a área social e dos mais desfavorecidos; _____
- O turismo gastronómico, roteiro das aldeias históricas, turismo associado às linhas de torres e monumentos do concelho, deverão ser motivo de políticas mais atractivas que tomem partido da oportunidade da nossa proximidade geográfica ao grande aglomerado urbano do país – Grande Lisboa; _____

- Criação de um roteiro histórico, com multi-actividades, que permita a estadia ou a permanência de pelo menos de um dia inteiro dos turistas interessados na temática das invasões francesas no nosso Concelho; _____
- Revitalizar o mercado municipal com mais iniciativas temáticas de sazonalidades gastronómicas e agrícolas; _____
- Criar incentivos para atrair famílias jovens e numerosas para o concelho; _____
- Criar um Programa Municipal de Educação para a Saúde; _____
- Implementar e desenvolver o Plano Municipal de Prevenção Primária da Toxicodependência e Violência doméstica, em colaboração com as autoridades (GNR, Centro de Saúde e Escolas do Concelho); _____
- Apoiar o arrendamento a jovens casais com menos de 30 anos que residam no concelho; _____
- A Feira ou mercado mensal deveria voltar para a praça Dr. Eugénio Dias, dado que a CDU não tem conseguido fomentar atividade económica e cultural que anime a praça ex-libris do nosso concelho. _____
- As transferências de responsabilidades e de parcerias com a Juntas de Freguesia devem-se materializar com uma efetiva transferência de recursos; _____
- Criar em parceria com a comunidade educativa, estratégias municipais de combate ao abandono escolar, atualizar a Carta Educativa e reunir com mais regularidade o Conselho Municipal Educação e da Juventude e de forma pro-activa como uma verdadeira comunidade, deixando para o lado conflitos; _____
- Criar um Polo Técnico-profissional com cursos adequados à realidade do concelho que funcionará em colaboração com o Parque Empresarial para PME's e microempresas (marroquinaria, cutelaria, tauromaquia,...); _____
- Fomentar e apoiar o Ensino da Música e do Teatro, dando vida às infra-estruturas existentes no concelho (CINE-TEATRO / AUDITÓRIO MUNICIPAL), assim como aos artistas do nosso Concelho, e apoiar mais as iniciativas já existentes nomeadamente na Sapataria; _____
- Lutar junto das entidades competentes para se uniformizar o horário de iluminação pública no Concelho, promovendo a Segurança, e substituir a iluminação pública por lâmpadas de baixo consumo com notável impacto nos gastos anuais aqui previstos; _____
- Abolir a aplicação da derrama para todas as novas empresas que se fixem no concelho por um período mínimo de 15 anos e criar no mínimo 5 postos de trabalho; _____
- Desenvolver programas de recuperação urbanística no nosso concelho (Património Urbanístico Municipal de interesse histórico, Recuperação de Habitações Abandonadas nas Aldeias e Lugares do nosso Concelho) - habitações destinadas a jovens casais em regime de arrendamento; _____
- Promover uma "Venda de Natal", para que os artesãos possam expor e comercializar os

seus produtos; _____

- Conceber a marca e o logótipo SOBRAL para a promoção de produtos/serviços da terra (ex: Pão, Restaurantes, Carne e derivados...). Trabalhar mais a imagem de marca de "Sobral de Monte Agraço", criando mais oportunidades para todos; _____
- Criar um Conselho Municipal de Colectividades; _____
- Ao nível do abastecimento de água, um serviço que consideramos fundamental, pedimos mais apoio às famílias de baixos recursos financeiros, bem como às famílias numerosas, com tarifários específicos para cada uma das situações, através da Tarifa Social e Tarifa Familiar mais abonatória, respectivamente; _____
- Melhores condições nas estradas Municipais, assim como a pintura de sinalização das faixas de rodagem, com mais segurança para todos; _____
- Edificação de obras de saneamento básico para a zona dos Molhados, Guia, Serreira; _____
- Mais uma vez ficam adiadas as promessas eleitorais da CDU, em 2013, para uma Creche na Sapataria e um Centro de dia para Idosos na Moita; _____
- Campo de jogos da Sapataria com relva sintética; _____
- Muitas aldeias lugares e aglomerados ainda não têm passeios condignos; _____
- Para quando o Espaço ou Loja do Cidadão na vila do Sobral? _____
- Entre outras iniciativas de interesse para os munícipes. _____

• **Conclusão** _____

A vitimização não é desculpa! Há alternativas para desenvolvimento de políticas no poder local, que mesmo contando com fracos recursos, assentam na criatividade e parcerias com entidades terceiras do privado ou sector público, temos muitos e bons exemplos no nosso País, deste tipo de políticas. _____

Esta conclusão/constatação não pretende por em causa os aspectos positivos que se enumeram ao longo do Relatório de Gestão, muitos dos quais merecem total concordância, e têm vindo a ser discutidos em reuniões de Câmara. Pretende-se no entanto constatar que diferentes visões, dinâmicas e perspectivas se traduzem em Políticas e Gestão diferenciadas, assim como algumas sugestões apontadas para uma melhoria da gestão do Concelho de Sobral de Monte Agraço. _____

A coerência das opções se deve traduzir na prática nos actos as nossas posições e compromissos referenciaram opções diferentes na estratégia e opções políticas a seguir para desenvolvimento do concelho de Sobral de Monte Agraço, o vereador da coligação declara o seu voto desfavorável à aprovação Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019. _____

O Vereador eleito pela Coligação "Juntos Pela Nossa Terra" _____

Joaquim Maria Biancard Cruz _____

Sobral de Monte Agraço, 30 de Outubro de 2018." _____

O Sr. Presidente disse que ficava satisfeito com o agrado demonstrado pelo Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz relativamente ao reforço nas áreas de Educação e Cultura, embora se apresentasse com um voto contra a proposta dos documentos previsionais para 2019. Tendo em conta a análise efetuada pelos Srs. Vereadores da oposição, disse que esta era a prova que de facto cada um interpreta os documentos como melhor lhe convém, ou seja, o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos diz não ver qualquer aposta relativamente às áreas Educação/Cultura, pelo menos não se refletia nos documentos apresentados, pois os valores registados, comparativamente ao ano anterior, eram bastante inferiores. Já o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz refere ter havido um aumento significativo em termos de Educação. Continuando a sua intervenção disse ter registado, também com agrado a referência ao texto introdutório efetuada pelo Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, excluindo a menção à expressão "velho", a não ser que este termo tivesse sido utilizado no sentido da experiência, tendo em conta que a sua experiência enquanto autarca já conta muitos anos. Respondendo às questões colocadas, deu conhecimento que a empreitada do Pavilhão Multisserviços terá um custo total de € 647.000,00. Relativamente ao edifício de Serviços Municipais Diversos, disse que de facto o espaço será uma alavanca para a economia do Concelho, um espaço que permitirá a ampliação dos serviços da Autarquia e a criação de espaços coworking a fim de apoiar a criação de novas empresas, mas que oportunamente enviaria informação mais detalhada sobre o assunto. No que concerne à obra de Beneficiação da Igreja de Santo Quintino, disse não saber se tinha entendido bem a questão colocada, pelo que referiu que a maioria dos pagamentos inerentes a esta empreitada iria transitar para 2019, salientando que, logo no início do projeto, tinha informado que o projeto estava inserido no PACTO tendo um financiamento na ordem dos 85% e que os restantes 15% caberiam ao Município. Referiu que a responsabilidade de manter aquele edifício não era da Autarquia, mas sim do Ministério da Cultura, uma entidade que não iria pagar qualquer verba no âmbito deste projeto. Todavia, atendendo ao estado de degradação em que se encontrava aquele monumento nacional, a Autarquia tinha-se substituído ao Estado e contemplado a obra no PACTO, obtendo assim um financiamento de 85%. O financiamento obtido para este efeito poderia ter sido alocado a uma obra da responsabilidade do Município.

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que já estava habituado ao facto do Sr. Presidente gostar de colocar sempre alguma roupagem política. Disse que na sua intervenção tinha apontado várias matérias políticas, algumas situações que não eram do seu agrado, outras com as quais tinha ficado agradado, nomeadamente, o investimento na Educação/Cultura, sendo estas as matérias que diferem da política de continuidade. Disse que o Sr. Presidente tinha sido mais elegante no texto introdutório, todavia, tendo em conta a sua última intervenção, tinha caído no discurso habitual. Referiu, ainda, que vivemos em democracia, que a CDU tinha obtido mais de 50% dos votos, mas mais de 40% dos votos

pertenciam à Oposição, ou seja, existia uma percentagem da população que não estava de acordo com o executivo em maioria. Mais referiu que viver em democracia implicava que o Sr. Presidente tivesse de saber viver com outras opiniões. _____

Continuando a sua intervenção, disse que agradecia o envio de informação mais detalhada sobre o edifício de Serviços Municipais Diversos. Relativamente à obra da Igreja de Santo Quintino, disse que sabia que a empreitada tinha sido uma opção do executivo, que embora acarretasse um custo para a Autarquia, grande parte da obra seria paga através de um financiamento da Comunidade Europeia, pelo que o discurso do Sr. Presidente não lhe parecia muito correto quanto a esta matéria. _____

O Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, disse que não concordava com as palavras do Sr. Vereador, reiterou que a sua intervenção era verdadeira, pois a entidade que tem a tutela do edifício não iria gastar qualquer verba com a empreitada que já estava a decorrer. _____

O Sr. Vice – Presidente começou a sua intervenção por felicitar os trabalhadores da Autarquia que elaboraram os documentos, os quais refletem as opções políticas do executivo em maioria. Disse que os documentos já tinham sido devidamente escarpelizados e que das intervenções proferidas, podia concordar com umas, mas não com outras, havendo, naturalmente, opiniões divergentes. Todavia, não podia deixar de realçar as intervenções relativas ao facto da Autarquia se substituir ao Estado e em que as respetivas tutelas não vão despende qualquer verba. Neste sentido, como já referido, mencionou a obra de Beneficiação da Igreja de Santo Quintino, um projeto de grande dimensão, que embora tivesse financiamento para o efeito, certo é que 15% correspondia ao orçamento municipal. Também como exemplo, mencionou o Programa de Saúde Oral, em que o Governo pretendia levar a cabo um projeto mediante o investimento das Autarquias, referindo que não podia deixar de manifestar um profundo desagrado perante a situação. Mencionou, também, algumas situações em que solicitados os estudos que sustentam determinados pagamentos, não existia uma forma de explicar os cálculos efetuados, como acontece por exemplo com os cálculos das tarifas ou taxas de água imputados ao Município pela EPAL, matéria que representa uma grande fatia do orçamento municipal. Continuando a sua intervenção, relativamente ao setor da Educação e da Cultura, disse que o investimento nestas áreas não podia ser analisado apenas pelo que estava espelhado nas GOP's, pois a Autarquia ia muito além do que aí se regista, isto é, substituiu-se, por exemplo, às famílias no que diz respeito às refeições escolares em mais de 30 mil euros por ano. No que concerne às "Comemorações dos 500 anos do Foral", disse que esta iniciativa seria uma oportunidade única para conhecer a história do Concelho. Iria, certamente, envolver toda a comunidade local, permitindo, especialmente, aos mais jovens perceber melhor a herança cultural do Concelho. Referindo-se ao Orçamento de Estado, disse que embora a conjuntura atual possa vir a permitir uma maior autonomia do Poder Local e a reposição de

mais alguns direitos que haviam sido retirados aos trabalhadores, ressaltou que algumas situações já tinham sido melhoradas localmente, através de algumas opções políticas, por exemplo, a assinatura do ACEP. Salientou, ainda, o programa de regularização extraordinária de vínculos precários, que também tinha permitido regularizar várias situações e reduzir algumas prestações de serviços, mas que em contrapartida tinha originado um aumento das despesas com pessoal. Por último, a propósito de algumas medidas de apoio para a população, lamentou que os concelhos pequenos estejam limitados a concorrer ao Programa “Conceurbe”, nomeadamente, um programa que poderia dar alguma ajuda em termos de infraestruturas básicas.

A Sra. Vereadora Carla Alves agradeceu aos trabalhadores da Autarquia que elaboraram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, documentos que implicavam muita minúcia e concentração e que refletiam uma vertente política sempre em função do serviço público. Referiu, ainda, que a análise deste tipo de documentos seria sempre diferente e efetuada de acordo com a orientação política de cada partido.

O Sr. Presidente agradeceu aos técnicos, que sob a coordenação da Dra. Manuela Castro, elaboraram os documentos apresentados, que traduziam, da melhor forma e com todo o rigor, a opção política do executivo em maioria.

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, ainda a propósito da classificação da rubrica afeta à energia eólica, perguntou se o parecer referido pelo Sr. Presidente dizia respeito de facto a um parecer ou a uma resposta de duas linhas a uma questão colocada pelos serviços. Referiu que esta receita não tinha qualquer impacto em termos orçamentais, contudo, na sua opinião, estava mal classificada devendo a situação ser revista.

O Sr. Presidente disse que a informação de que dispunha era de que a rubrica estava bem classificada, pelo que ficava registada a desconfiança do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos em relação aos serviços. Todavia e apesar de confiar na informação prestada, disse que a questão voltaria a ser colocada ao Revisor de Contas para emissão de efetivo Parecer.

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que o Sr. Presidente estava a dar uma conotação negativa à sua intervenção e a proferir palavras que não tinham sido ditas por si. Referiu que não se tratava de qualquer desconfiança em termos de serviços, mas na sua opinião a rubrica em questão não estava bem designada.

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprovou, por maioria, com 3 votos a favor dos eleitos pela CDU e 2 votos contra dos Vereadores eleitos pelo PS e pela Coligação “Juntos Pela Nossa Terra”, as Grandes Opções do Plano, para o ano de 2019, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprovou, ainda, por maioria, com 3 votos a favor dos eleitos pela CDU e 2 votos contra dos Vereadores eleitos pelo PS e pela Coligação

“Juntos Pela Nossa Terra”, o Orçamento, para o ano de 2019, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, também, por unanimidade, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 33.º e alínea a), do número 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2019, do Município de Sobral de Monte Agraço. _____

1.2 – Aprovação do Mapa de Pessoal para 2019 (artigo 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho) _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Aprovação do Mapa de Pessoal para 2019 (artigo 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho) _____

Considerando que: _____

- a) De acordo com o disposto no número 4, do artigo 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, “...o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica, assim devendo permanecer”; _____
- b) Nos termos do disposto na alínea c), do número 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, competindo ao órgão deliberativo a sua aprovação, de acordo com a alínea a), do número 1, do artigo 25.º do mesmo diploma; _____
- c) Nos termos do disposto na alínea o), do número 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais; _____
- d) O Decreto-lei 209/2009, de 3 de setembro, determina no seu artigo 3.º que os Municípios dispõem de Mapas de Pessoal aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal (número 1 e alínea a), do número 2, do artigo 3.º); _____
- e) Por força do disposto no artigo 28.º da Lei 35/2014, de 20 de junho - LTFP, em matéria de gestão de recursos humanos, “o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis”; _____
- f) O Mapa de Pessoal desta Autarquia, a vigorar no ano de 2019, deverá conter, de acordo com o exigido pelo artigo 29.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, “... a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar ou do cargo ou da carreira e categoria que lhes

correspondam".

Propõe-se que:

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberar, de acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei número 35/2014, de 20 de junho (LTFP), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço, que se anexa à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos.

2 – A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberar submeter o Mapa de Pessoal à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no número 4, do artigo 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugado com o disposto no número 1 e na alínea a), do número 2, do artigo 3.º do Decreto-lei 209/2009, de 3 de setembro, bem como, na alínea c), do número 1, do artigo 33.º e alíneas a) e o), do número 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

3 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberar, de acordo com o disposto no número 4, do artigo 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho (LTFP) e artigo 56.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, promover a publicitação do Mapa de Pessoal através da sua afixação no edifício da Câmara Municipal (DAF) e inserção na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer.

Sobral de Monte Agraço, 25 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que confiava no executivo em maioria no que diz respeito à gestão dos recursos humanos, pois quem tinha que gerir esta questão no dia-a-dia é que tinha noção das necessidades. Referiu que podiam existir situações pontuais que podiam ser questionadas, mas que de uma forma geral tem aprovado as propostas relacionadas com esta matéria.

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei número 35/2014, de 20 de junho (LTFP), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço, que se anexa à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos.

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, ainda, por unanimidade, submeter o Mapa de Pessoal à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no número 4, do artigo 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugado com o disposto no número 1 e na alínea a), do número 2, do artigo 3.º do Decreto-lei 209/2009, de 3 de setembro, bem como, na alínea c), do número 1, do artigo 33.º e alíneas a) e o), do número 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou também, por unanimidade, de acordo com o disposto no número 4, do artigo 29.º, da Lei 35/2014, de 20 de junho (LTFP) e artigo 56.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, promover a publicitação do Mapa de Pessoal

através da sua afixação no edifício da Câmara Municipal (DAF) e inserção na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua executoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião quando eram 20 horas, para constar se lavrou a presente ata e eu Maria Manuela Paula de Castro redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____

O Secretário: _____